



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

PROJETO BÁSICO

Demanda nº. 18/2020		Aquisição de filtros de água de torneira de parede para unidades administrativas e judiciais do TRT da 19ª Região.
Data de proposição da demanda		17/08/2020
Proad		3544/2020
Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) responsável	Emanoel Ferdinando da Rocha Júnior.
	Ramal	8294
	E-mail	emanoel.junior@trt19.jus.br.
Integrante Técnico	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) Responsável	Carlos Humberto Honório de Mendonça.
	Ramal	8205
	E-mail	carlos.humberto@trt19.jus.br.
Integrante Administrativo	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) Responsável	Cristina Luna de Oliveira Leite.
	Ramal	8201
	E-mail	Cristina.leite@trt19.jus.br.
Integrante Administrativo	Unidade Administrativa	Coordenadoria de Material e Logística (CML).
	Servidor (a) responsável	Nhirley Maily Martins Melo.
	Ramal	8205
	E-mail	nhirley.melo@trt19.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

1 – OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada no fornecimento filtros de água de torneira de parede para unidades administrativas e judiciais do TRT da 19ª Região, conforme as condições deste Projeto Básico.

2 – JUSTIFICATIVA

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 – A presente contratação visa, em síntese, adquirir esses equipamentos com objetivo de melhorar a qualidade da água encanada fornecida às unidades administrativas e judiciais pertencentes ao TRT de Alagoas.

2.2 – A justificativa tem a premissa promover melhoraria da qualidade da água encanada, tendo em conta que os magistrados e servidores fazem sua utilização para lavar frutas, verduras, legumes e outros alimentos que consomem diariamente. Diminuindo, assim, eventual possibilidade de contaminação dos alimentos.

2.3 – A filtro de torneira de parede é uma solução para quem busca por um produto eficiente, prático e que não demande muita mão de obra e nem espaço para uso e instalação.

2.4 – Além disso, ele possui um ótimo custo–benefício se comparado aos purificadores elétricos, uma vez que seu valor médio de mercado é mais acessível, em virtude do elevado custo de manutenção dos equipamentos elétricos, que a médio e a longo prazos comprometem a eficiência na purificação da água encanada.

2.5 – Ele também não gasta energia elétrica em seu funcionamento. Outro ponto que merece destaque é o fato de alguns modelos oferecerem também a versão com purificador embutido.

2.6 – As torneiras filtro possuem um sistema de filtragem que atua por meio de uma vela central. É um método simples, capaz de eliminar corpos estranhos que podem estar presentes nos canos.

2.7 – Os resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável, é a melhoria da qualidade da água encanada, sendo ela um bem universal e necessária à manutenção da qualidade de vida dos seres humanos.

2.8 – Ressalte–se que essa contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do TRT: “Melhorar as condições ambientais de trabalho” cujo indicador é o “índice de satisfação do usuário” preconizado na Meta 4 do Planejamento Estratégico.

2.9 – Por fim, esta comissão destaca que há orçamento suficiente no **Código 2110 (Filtro de Água com Torneira)** do **Plano Anual da CML para 2020**.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

3 – ESPECIFICAÇÕES DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

3.1 – A solução deste Projeto Básico foi pesquisada através de sites especializados nesse tipo de produto, considerando-se os descritores necessários, a saber:

GRUPO ÚNICO

Item	Produto	Especificações	Quant.	Unid.	Local
1	Filtro de água de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	- Filtro com torneira; - Filtro universal; - Indicado para copas/Cozinha; - Fixado em parede; - Bica móvel; - Bica alta; - Cor branca/Cromado; - Acionamento: 1/4 de Volta; - Pressão mín.: 2mca/ 0,2 bar; - Material em ABS; - Pode ser de outro tipo de material resistente; - Certificação INMETRO; - Possuir vela filtrante; - Ref: Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.	60	Unid.	Copas e Cozinhas das unidades judiciais e administrativas do TRT de Alagoas
2	Refil de vela para filtro de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	- Refil de vela; - Polipropileno; - Cor branco; - Uso indicado: torneira com filtro; - Capacidade de vida útil 1500 litros; - Tempo de vida útil: 4 meses; - Grau de filtração; 5 micra; - Modelo blindado; - Referência: Refil para Filtro Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.	90	Unid.	Copas e Cozinhas das unidades judiciais e administrativas do TRT de Alagoas
Quantidade total de itens a serem adquiridos			150 unidades		

4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1 – Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na **Resolução nº. 103/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho**, que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências técnicas desse produto.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

4.6 – Desse modo, são requisitos mínimos para a respectiva aquisição que deve obedecer aos critérios de sustentabilidade:

- A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;
- O produto deve observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;
- Os resíduos decorrentes da fabricação do produto cotado deverão ter destinação ambiental adequada;
- O bem deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.

5 – ESTRATÉGIA DE COMPRA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

5.1 – Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO** prevista no **inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93** e alterações no **Decreto nº. 9.412/18** c/c **MP nº. 961/2020**, notadamente pelo quantitativo de **60 filtros de torneiras e 90 refis**, em virtude do **valor global** apresentado pelo fornecedor melhor classificado na cotação de preços (**doc. nº. 20**), até o momento, estar abaixo de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**.

5.2 – Para julgamento da proposta, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas, ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, na medida em que **os produtos têm que ser compatíveis entre si**.

5.3 – Os recursos orçamentários serão providos pelo orçamento do Tribunal.

5.4 – O recebimento e conferência de todo o material será realizado pela equipe da **Coordenadoria de Material e Logística/CML**.

5.5 – Qualquer problema relacionado à execução contratual deverá ser imediatamente notificado aos fiscais do contrato para as providências cabíveis.

5.6 – Eventuais intercorrências e ações de contorno estão elencadas no **item 17** deste Projeto Básico.

5.7 – Para tanto, a contratação fundamentar-se-á, ainda, nos seguintes normativos:

- **LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 14/12/2006**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- **LEI FEDERAL Nº. 8.078/1990**, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- **LEI FEDERAL Nº. 9.784/1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, ambas subsidiariamente.
- **LEI FEDERAL Nº. 8.666, DE 21/06/1993**, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- **DECRETO FEDERAL Nº. 9.412/18**, que atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- **DECRETO FEDERAL Nº. 8.538, DE 06/10/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal.
- **ATO GP TRT 19ª Nº. 71/2017**, que estabelece procedimentos internos para a tramitação dos processos licitatórios no âmbito Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e sobre fiscalização e gestão dos contratos.
- **ATO GP TRT 19ª Nº. 206/98**, que regulamenta a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Instrução Normativa nº. 05, de 21/07/95 e atualizado pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 2, de 2010.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

6.1 – A licitante que apresentar a proposta mais vantajosa deverá oferecer a garantia quanto ao perfeito funcionamento dos produtos, bem como contra defeitos de fabricação, incluindo as suas substituições, tudo pelo prazo mínimo **de 90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos.

6.2 – Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a licitante deverá complementar a garantia das fitas indicadas no item “**6.1**” ofertadas pelo tempo restante.

7 – PRAZO DE ENTREGA, VIGÊNCIA E LOCAL DE ENTREGA

7.1 – O fornecimento dos produtos será efetuado **de uma única vez**, no prazo, quantidade, local e horário contido neste **Projeto Básico (PB)**.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

7.2 – A fornecedora estará obrigada ao cumprimento dos seguintes prazos:

7.2.1 – De no máximo 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, para a entrega dos produtos de acordo com as especificações e demais condições estipuladas em sua proposta.

7.2.2 – A entrega citada no item 7.2.1. deverá ser apresentada diretamente na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizada à Rua Desembargador Artur Jucá, 179, 3º andar, Centro, CEP 57020-645, Maceió (AL), no horário das 07:45h às 14:30h, de segunda a sexta- feira.

7.3 – A vigência do contrato terá seu início no dia de sua assinatura, prevista para o mês de setembro de 2020 e terá seu termino previsto para janeiro de 2021, considerando-se, nesse lapso temporal, a garantia contratual estipulada no item “6.1” e o prazo de entrega constante no item “7.2.1”.

7.4 – Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir a sua completa segurança durante o transporte.

8 – RECEBIMENTO DO MATERIAL

8.1 – Em conformidade com os artigos 73 e 76 da lei 8.666/93, mediante recibo, os materiais que vierem a ser adquiridos em face deste projeto básico serão recebidos:

8.1.1 – Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta;

8.1.2 – Definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade com as especificações e com a proposta, quando será emitido termo de recebimento definitivo.

9 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 – Nos termos do art. 67, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/93, a contratante designará um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

9.3 – De acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º do ATO N°. 71GP/TRT 19ª, de 28/08/2017, indicamos os servidores **Emanuel Ferdinando da Rocha Jr. (CML) e**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

Ricardo Sérgio Moura da Silva (Almoxarifado), para atuarem, respectivamente, como gestor e fiscal da presente contratação.

9.4 – A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, os produtos, se em desacordo com as disposições contidas neste Projeto Básico e seus anexos.

9.5 – A fiscalização pelo contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades na contratação, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica a co-responsabilidade da contratante ou de seus agentes ou prepostos.

9.6 – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste Projeto Básico, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

9.7 – A ação ou a omissão, total ou parcial, por parte da fiscalização do Tribunal, não eximirá a contratada total responsabilidade pela má execução da contratação.

10 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – A planilha de pesquisa de preços para esta ação destaca a estimativa do valor unitário e total da contratação, acompanhada pelas cotações de preços das empresas que apresentaram seus valores que são referenciais de mercado, entabulada numa planilha de cálculo de estimativa de preços de acordo com o praticado no mercado:

GRUPO ÚNICO

Item	Produto	Especificações	Quant. Unid.	SINGULAR – CNPJ: 23.868.006/001 – 80 (Maceió – AL) (R\$)	LEROY MERLIN – CNPJ: 01.438.784/0055 – 90. (Maceió – AL) (R\$)	PARAGOMINAS – CNPJ: 03.555.402/0001 – 40. (Maceió – AL) (R\$)	LOJAS AMERICANAS – CNPJ: 00.776.574/0006-60. (Internet apenas para fins estimativos) (R\$)
1	Filtro de água de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	- Filtro com torneira; - Filtro universal; - Indicado para copas/Cozinha; - Fixado em parede; - Bica móvel; - Bica alta; - Cor branca/Cromado; - Acionamento: 1/4 de Volta; - Pressão mín.: 2mca/ 0,2 bar;	60	85,90 – Unid. 5.154,00	79,90 – Unid. 4.794,00	99,90 – Unid. 5.994,00	103,62 – Unid. (Frete no valor de R\$ 33,63) incluso no valor total da cotação. 6.217,20



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

		- Material em ABS; - Pode ser de outro tipo de material resistente; - Certificação INMETRO; - Possuir vela filtrante; - Ref: Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.					
2	Refil de vela para filtro de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	- Refil de vela; - Polipropileno; - Cor branco; - Uso indicado: torneira com filtro; - Capacidade de vida útil 1500 litros; - Tempo de vida útil: 4 meses; - Grau de filtração; 5 micra; - Modelo blindado; - Referência: compatível com o Filtro Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.	90	15,20 – Unid. 1.368,00	37,90 – Unid. 3.411,00	32,50 – Unid. 2.925,00	45,90 – Unid. 4.215,22 (Frete no valor de R\$ 84,22) incluso no valor total da cotação.
Quantidade total de itens a serem adquiridos			150	6.522,00	8.205,00	8.919,00	10.432,42
Valor total da contratação			R\$ 6.522,00				

11 – HABILITAÇÃO DOS PROPONENTES

11.1 – Para comprovação da habilitação serão exigidos os seguintes documentos:

11.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

b.1) A comprovação do Ato Constitutivo em vigor poderá ser feita mediante apresentação do Contrato Social ou o Estatuto acompanhado de todas as alterações posteriores, se houver, ou pelo Contrato Consolidado contemplando as alterações posteriores, se houver;

c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

c.1) Certidão expedida por Órgão de Registro Público comprovando inscrição do ato constitutivo, em caso de sociedades simples;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2 – Regularidade fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, conforme o caso, referente ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débito relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação da Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

11.1.3 – Para cumprimento do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988:

a) DECLARAÇÃO, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno,



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze.

11.1.4 – Documentação Complementar:

a) Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº. 8666/93, e de atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 conforme modelo constante nos anexos II e III deste projeto básico;

b) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juizes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº. 09/2005, conforme modelo constante no anexo IV;

c) Planilha contendo os dados gerais da empresa, conforme modelo constante no anexo V, para os efeitos de emissão da nota empenho e demais atos necessários.

11.1.5 – Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.1.6 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência por membro da Coordenadoria de Licitações.

11.2 – Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do **Acórdão nº. 1.793/2011 – Plenário**, como condição habilitatória, serão realizadas as seguintes consultas:

11.2.1. Aos registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (Portal da Transparência – www.transparencia.gov.br);

11.2.2. Aos registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis Por Ato de Improbidade Administrativa (Portal do Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br).

11.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (www.tcu.gov.br).

11.3 – Os documentos relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal poderão ser substituídos pela habilitação parcial no SICAF.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

12 – CONTEÚDO DAS PROPOSTAS

12.1 – A proposta deverá ser digitada e impressa em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

- a) indicar CNPJ, endereço e telefone para contato;
- b) Especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento do produto. Em caso de discordância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último;
- c) Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias** corridos;
- d) Prazo de entrega do material de no máximo **30 (trinta) dias** corridos, contados da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;
- e) Declarar expressamente a concordância com as condições deste projeto básico.

13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 – O pagamento deverá ser efetuado, no prazo de 5 dias após o recebimento do objeto, mediante apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

- a) Nota fiscal de serviço/fatura discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização;
- b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.2 – A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no parágrafo anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13.3 – O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de Janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

13.3.1 – Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

13.4 – Considera-se para efeito de pagamento o dia da entrega da O.B. na unidade bancária.

13.5 – Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, ao FGTS e a CNDT, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14 – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1 – Os preços ofertados serão fixos e irremovíveis.

15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1 – Executar fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

15.2 – Fornecer os produtos, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte.

15.3 – Entregar, no prazo fixado neste Projeto Básico, o material conforme especificado, de acordo com as necessidades do contratante e na medida em que for solicitado.

15.4 – Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto constante no Projeto Básico, em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

15.5 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CONTRATANTE, cujas obrigações a CONTRATADA deverá atender prontamente;

15.6 – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;

15.7 – Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato, mantendo sempre a regularidade quanto a esta responsabilidade;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

15.8 – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega do bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento do material pela contratante.

15.9 – Comunicar ao contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do Contrato.

15.10 – Substituir, no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação de irregularidade, o material entregue e não aceito pelo contratante, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se, integralmente, pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, a entrega do bem novo e a retirada do bem a ser substituído.

15.10.1 – O material do item 15.10, deverá ser recolhido pela empresa contratada e, posteriormente, devidamente entregue, diretamente na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizado à Rua Desembargador Artur Jucá, 179, 3º andar, Centro, CEP 57020-645, Maceió (AL), no horário das 07:45h às 14:30h, de segunda a sexta- feira.

16 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 – O contratante deverá:

- a) propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de funcionários, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do TRT da 19ª Região;
- b) atestar a execução do objeto do contrato por meio do Fiscal do contrato, conforme previsão contratual;
- c) efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato; e
- d) fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

- b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Projeto Básico e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

17.1.1 – As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

17.1.2 – As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

17.1.3 – O TRT da 19ª Região poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da contratação, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

18 – AÇÕES DE TREINAMENTO PARA FISCALIZAÇÃO

18.1 – Para essa finalidade, a equipe técnica entende que não há necessidade para realização de plano de ação específico para treinamento sobre fiscalização de contratos, considerando-se que a equipe de gestão e fiscalização desta contratação são servidores da CML que possuem experiência nesse tema, bem como o Regional, através da Escola Judicial (EJUD – XIX), dispõe de calendário anual de ações de treinamento que preparam os servidores para tanto.

19 – GESTÃO DE RISCO

19.1 – Objetivando sempre mitigar riscos e fazer um bom uso do dinheiro público, certificamos que o quantitativo de **60 filtros de torneiras e 90 refis** é suficiente para o atendimento da necessidade da solução apresentada.

19.2 – Ressalte-se, ainda, que o insucesso da presente contratação, poderá trazer alguns transtornos à Administração deste Regional, tendo em vista que a falta desses equipamentos poderá inviabilizar a melhoria na qualidade da água encanada.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

20 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

20.1 – A equipe de contratação declara, para os devidos fins que se fizerem necessários, que a presente contratação (**60 filtros de torneiras e 90 refis**), mediante **dispensa de licitação**, é viável e fundamental para a melhoria na **qualidade da água encanada** fornecida a todas as unidades do TRT19ª.

21 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ORÇAMENTÁRIO

21.1 – A presente aquisição está prevista no plano de aquisição da CML no Código 2110 (Filtro de Água com Torneira).

21.2 – Essa contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional do TRT: **“Melhorar as condições ambientais de trabalho”** cujo indicador é o **“índice de satisfação do usuário”** da **Meta 4 do Planejamento Estratégico**.

22 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

22.1 – Os dados do TRT da 19ª Região: CNPJ: nº. 35.734.318/0001–80 e UASG: nº. 080022.

22.2 – Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto da contratação dentro dos limites estabelecidos na lei nº. 8.666/93.

Maceió–AL, 17 de setembro de 2020.

EQUIPE DE CONTRATAÇÃO

Emanoel Ferdinando da Rocha Júnior - CML Integrante Requisitante	Carlos Humberto Honório Mendonça - CML Integrante Técnico	Cristina Luna de Oliveira Leite - CML Integrante Administrativo	Nhirley Maily Martins Melo - CML Integrante Administrativo
--	--	--	---

(Assinado eletronicamente pela equipe de contratação)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO I
MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____ com sede na cidade de _____ (rua, avenida, etc.) _____, nº. _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, com domicílio bancário no banco _____, agência n, conta nº. _____ neste ato representada por _____, abaixo assinado, interessada no **fornecimento de filtros de água de torneira de parede para unidades administrativas e judiciais do TRT da 19ª Região**, para o TRT da 19ª Região, conforme as condições estabelecidas no Projeto Básico, objeto da Dispensa de Licitação, constante no **Proad nº. 3544/2020**, propõe ao TRT da 19ª Região, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

GRUPO ÚNICO

Item	Produto	Especificações	Quant. Unid.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Filtro de água de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	<ul style="list-style-type: none">- Filtro com torneira;- Filtro universal;- Indicado para copas/Cozinha;- Fixado em parede;- Bica móvel;- Bica alta;- Cor branca/Cromado;- Acionamento: 1/4 de Volta;- Pressão mín.: 2mca/ 0,2 bar;- Material em ABS;- Pode ser de outro tipo de material resistente;- Certificação INMETRO;- Possuir vela filtrante;- Ref: Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.	60 unid.		
2	Refil de vela para filtro de torneira de parede para o TRT da 19ª Região.	<ul style="list-style-type: none">- Refil de vela;- Polipropileno;- Cor branco;- Uso indicado: torneira com filtro;- Capacidade de vida útil 1500 litros;- Tempo de vida útil: 4 meses;- Grau de filtração; 5 micra;- Modelo blindado;	90 unid.		



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

		- Referência: compatível com o Filtro Lorenzetti (7411815) - Acqua Bella; ou equivalente técnico ou de melhor qualidade.			
Quantidade total de itens a serem adquiridos		150 unid.			
Valor total da contratação			R\$ (por extenso)		

Declaramos:

a) expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e Seus anexos, bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com fornecimento de todos os insumos, de conformidade com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

b) que nos preços contidos na proposta estarão incluídas todas as despesas decorrentes do **fornecimento de filtros de água de torneira de parede para unidades administrativas e judiciais do TRT da 19ª Região**, inclusos taxas, impostos, tarifas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo do produto, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.

c) que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.

Local, dede 2020.

.....
Representante Legal da Empresa



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO NA FORMA DA RESOLUÇÃO CNJ Nº. 07/2005, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº. 229/2016.

REF.: PROAD Nº. 3544/2020

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO

A -----empresa-----, inscrita no CNPJ sob o nº. -----, com sede ----- endereço ---
--, neste ato representada por ---- cargo ----, -----nome do responsável ----, portador(a)
da Cédula de Identidade com Registro Geral nº. ----- e inscrito(a) no CPF sob o nº. -
-----, residente e domiciliado(a) em ----- -----, declara sob as penas da lei:

- não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,
colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de
cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores
ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou
indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Declara, outrossim, ter conhecimento de que:

- a vedação do parágrafo anterior se estende às contratações deflagradas quando os
magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos
respectivos cargos e funções, assim como as iniciadas até 6 (seis) meses após a
desincompatibilização.

E, ainda, estar ciente de que:

- nada obsta que a Administração vede a contratação de empresa pertencente a parente
de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo, a
exemplo dos atuantes exclusivamente na área judiciária, sempre que identificar, no caso
concreto, risco potencial de contaminação do processo licitatório.

.....

(local e data)

.....

(nome e assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA - CML
Avenida da Paz, nº. 2076 – Centro – Maceió – Alagoas

CCD nº. 30 - Conf. Ato nº. 62/SEGJUD.GP - TST, de 23/02/2018

ANEXO III

**PLANILHA DE DADOS PARA PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DE OUTROS
ATOS NECESSÁRIOS – PROAD Nº. 3544 /2020**

Dados da Empresa:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
E-mail	
Site internet	

Dados do Representante da Empresa:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	
Cart. de Identidade	
Órgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	

Empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL?

- Sim
 Não